

HABEAS CORPUS Nº 548.544 - SP (2019/0356789-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PEDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho por PEDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fl. 10):

HABEAS CORPUS. Pleito de reconhecimento da prescrição. Impossibilidade. Paciente condenado ao cumprimento de 1 anos e 4 meses de reclusão, por violar o art. 168, III do Cód. Penal. Prazo prescricional de 4 (quatro) anos, art. 109, V do Cód. Penal. Período que não transcorreu entre os marcos interruptivos. Impossibilidade, nesta via, de rever r. sentença penal já transitada em julgado. Descabimento de análise fático-probatória na estreita via do 'writ'. Manutenção da situação do increpado. Conhecimento da impetração. Ordem denegada.

O impetrante-paciente foi condenado às penas de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 13 dias-multa, por ofensa ao art. 168, § 1º, III, do Código Penal.

Argumenta, em suma, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, requerendo, em liminar, a revogação da prisão, e, no mérito, o acolhimento da prescrição.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que o acolhimento da prescrição da pretensão punitiva é matéria claramente satisfativa, melhor cabendo o seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator